



DECISÕES ESTRATÉGICAS DA 2ª GUERRA MUNDIAL

Airton Ronaldo Longo

INTRODUÇÃO

A determinação dos objetivos militares e a implementação de uma estratégia militar são condicionadas pela influência de fatores psicossociais, pelas perspectivas do pós-guerra e pela capacidade econômica e tecnológica dos beligerantes.

Este trabalho, elaborado durante o Curso de Política e Estratégia Marítimas da Escola de Guerra Naval, procurou ilustrar algumas dessas idéias, acentuando a relação entre política e estratégia através da análise de decisões adotadas pelas potências do Eixo.

Para tanto, o autor procurou inicialmente correlacionar política e estratégia e mostrar como os interesses e os objetivos de um Estado podem levá-lo à guerra. Em seguida, foram discutidas:

- a decisão alemã de invadir a Noruega e a Dinamarca, em 1940.
- a decisão japonesa de entrar na guerra, em 1941.

— as razões e o significado político e estratégico da contra-ofensiva alemã nas Ardenas, em 1944.

Finalmente, o trabalho contempla uma breve conclusão.

Política e estratégia — Os limites da política e da estratégia são tênues e nem sempre bem definidos. Beaufre via a estratégia como o nível intermediário entre a grande política e a tática (7:52). Seria a engrenagem que permitiria ordenar o emprego da força a fim de atingir os fins fixados pela política; ou seja, a política fixaria os objetivos — o que fazer — enquanto que a estratégia mostraria o caminho para alcançá-los — como fazer. Liddell Hart definiu estratégia como "a arte de distribuir

e aplicar os meios militares para atingir os fins da política" (9:406). Embora considerando, praticamente, política como sinônimo de "grande estratégia", Hart assinala que a esta compete a direção da guerra e à política a definição de seu objetivo. Enquanto o horizonte da estratégia é limitado pela guerra, a "grande estratégia" preocupa-se com os problemas futuros, isto é, com a paz subsequente. Deste modo, a estratégia pura seria a estratégia militar. Com outra visão, Ludendorff chegava ao ponto de exigir que a estratégia controlasse a política.

Não haveria porque diferenciar a estratégia da política se uma só pessoa as conduzisse, conforme ocorreu com Napoleão e Frederico, o Grande. Hitler, "centralizando o exercício das funções da estratégia e da grande estratégia" (9:276), gozou das vantagens auferidas por aqueles personagens, assim como delas desfrutaram Alexandre e Cesar, no mundo antigo. Sua ação individual à frente de uma potência como a Alemanha viria abalar a política internacional. O militarismo japonês, em certa fase, chegou a assemelhar o Japão à Alemanha de Hitler.

A política não deixa de ser uma tomada de decisão para a fixação de objetivos que consubstanciam os interesses e aspirações nacionais (6:76). A maneira como as nações procuram suprir suas faltas para atingir seus objetivos gera, por vezes, oposições. Assim, as relações internacionais são dinâmicas e continuamente envolvem os interesses, os objetivos e os poderes

dos Estados. Objetivos a manter ou conquistar, interesses a negociar ou trocar e poder, para desenvolver ou resistir a pressões. Entre os objetivos, os de mais difícil conciliação são os relativos à soberania nacional. Por sua vez, os interesses econômicos não sedimentados em termos aceitáveis geram antagonismos. Todos eles podem levar ao confronto e à utilização do poder. Estes eram os ingredientes presentes na Alemanha do pós 1ª Guerra Mundial e na política expansionista de Hitler. As invasões da Noruega e Dinamarca foram uma peça nesta engrenagem e a contra-ofensiva nas Ardenas uma desesperada tentativa para mudar a situação. Da mesma forma, o Japão buscava o objetivo político de supremacia na Ásia, procurando, onde fosse possível, os suprimentos necessários e essenciais à manutenção de seu poder. A pressão econômica desencadeada pelos Estados Unidos da América (EUA) levou o Japão a atacar Pearl Harbour.

A decisão alemã de invadir a Noruega e a Dinamarca, em 1940 — Esta decisão foi tomada por Hitler, como Chefe de Estado, e também como Comandante-Chefe das Forças Armadas. A decisão contrariou a opinião de suas forças mas a operação revestiu-se de um sucesso estrondoso. Apesar disso, a Marinha perdeu vários navios e grande contingente do Exército ficou imobilizado na Escandinávia até o final da guerra. Embora sem recursos para aproveitar as posições conquistadas, os alemães deixaram os EUA e a Inglaterra diante de uma ameaça estratégica,

pois, teoricamente, poderiam vir a atuar além da Europa continental.

Anos antes, quando Hitler ainda discutia as circunstâncias que poderiam levar a Alemanha a uma grande guerra, a Escandinávia era considerada um objetivo a conquistar, a fim de proporcionar uma posição estratégica vantajosa e melhor poder negociar a paz. A invasão da Noruega, no entanto, não foi premeditada. Quando da invasão da Polônia, Hitler fora favorável à preservação da neutralidade dos países escandinavos, assegurando, assim, o abastecimento de minério de ferro sueco, indispensável ao seu desenvolvimento industrial e militar. Foi o exame de medidas a serem tomadas para a eventualidade de ter de levar até o final a guerra contra a França e Inglaterra, aliadas da Polônia, que despertou o interesse do Almirante Raeder e de setores da Marinha em ter bases mais ao norte. Elas seriam úteis para os submarinos. Todavia, o Estado-Maior da Armada (EMA), por achar que as bases só serviriam para a Marinha que a Alemanha viria a ter em 1945, era contrário à invasão da Noruega, opinião compartilhada pelo Exército. Tal operação, além de muito difícil, faria com que a indústria trabalhasse somente para o Exército, o que levaria à paralisação da construção de submarinos. Era esperado que, em caso de guerra, a Inglaterra bloqueasse o Canal da Mancha e procurasse fechar a saída setentrional do Mar do Norte. Neste caso, seria necessário encontrar um caminho livre para sair daquele mar. Por sua vez, a Mari-

nha não se considerava preparada para defender seu tráfego de minério. Na verdade, o EMA considerava a operação na Escandinávia uma aventura perigosa, estratégica e economicamente. Havia, assim, um conflito envolvendo interesses ou problemas econômicos, tecnológicos, militares e psicossociais, indicando que a política de neutralidade com relação à Noruega não contemplava todos os interesses estratégicos alemães naquela região.

Foi o ataque soviético à Finlândia que permitiu aos alemães vislumbrarem a possibilidade de intervenção aliada em auxílio aos finlandeses, o que poderia exigir a ocupação de portos da Noruega. Hitler continuava voltado para a intervenção no oeste, mas, finalmente, decidiu empreender a invasão da Noruega. No curso dos planejamentos, voltou a ter problemas na esfera psicossocial, devido aos "melindres" e orgulhos pessoais feridos, por não terem o Alto-Comando do Exército e da Força Aérea participado, até então, dos planejamentos específicos para a operação.

A operação era ousada, compreendendo uma série de golpes executados ao mesmo tempo contra os principais portos da Noruega. Para isto, os navios seriam fundamentais, devido ao pequeno raio de ação dos transportes aéreos. Assim, pequenas expedições marítimas, com apoio da Força Aérea, realizariam a empreitada. Tornou-se evidente a necessidade de obtenção de posições na Dinamarca. Na verdade, elas servi-

ram de base para aeronaves que apoiaram as operações na Noruega, aumentando seu raio de ação. Desta forma, mais uma vez, a capacidade tecnológica ajudava a escolher os objetivos militares.

A decisão política fora tomada por Hitler e sua diretriz para a invasão tinha como objetivos estratégicos "antecipar-se à intervenção britânica na Escandinávia e no Báltico, proporcionar segurança às fontes de minério sueco e fornecer bases avançadas à Marinha e à Força Aérea para ataques contra as Ilhas Britânicas" (8:77). O caminho seria preparado por simpatizantes e a operação, de natureza pacífica e de surpresa, admitia dar proteção aos dois países contra a invasão de outras potências. A força seria usada se necessário. Os meios empregados foram parcimoniosamente distribuídos, visto que os alemães também se preparavam para atacar o oeste. Não obstante, a estratégia traçada permitiu integralmente alcançar os objetivos fixados.

A decisão japonesa de entrar na guerra em 1941 — Encarada isoladamente, a decisão japonesa de entrar na 2ª Guerra Mundial não era totalmente irrealística para a época, mas desprezava a reação norte-americana ao ataque a Pearl Harbour e a recusa dos EUA em empreender uma guerra limitada. Assim, incorreu em um erro que vem se repetindo na história da humanidade e que já levou ao insucesso vários Estados, ou seja, a não avaliação correta de todas as possibilidades do inimigo. Talvez

seu primeiro erro tenha sido a invasão da Manchúria, em 1931, que desencadeou a onda de agressões que resultou na 2ª Guerra Mundial. Vista de uma maneira global e de uma posição posterior, pode ser encarada como um ato de "suprema loucura" (8:117). O Almirante Yamamoto escreveu em suas memórias que não seria suficiente "conquistar Guam e Filipinas, nem mesmo o Havaí e São Francisco." Ele advertira seus pares que, para conseguir a vitória, "teriam que marchar sobre Washington e assinar o tratado na Casa Branca" (8:118). Na verdade, a decisão japonesa em favor da guerra foi o resultado de uma convicção de seus líderes militares, de que as medidas econômicas impostas pelos norte-americanos e a política dos EUA na China pretendiam reduzir o Japão a uma posição de importância secundária.

O exército dominou a vida política do Japão, transformando o seu programa na política oficial do Governo. O programa previa: expansão para o sudeste, objetivando assegurar bases e matérias-primas para tornar o país economicamente forte e auto-suficiente, fortalecimento das Forças Armadas, desenvolvimento das indústrias bélicas vitais, melhoria dos transportes aéreos e marítimos e posição firme na Ásia, ou seja, a conquista da China. A implementação desta política preparou o país para a guerra. Apesar disso, os planos militares eram defensivos e não prescreviam ações contra as potências ocidentais. Mas, em 1937, o Japão invadiu a China. A inquietação nor-

te-americana com o crescente poderio naval e aéreo japonês e com a agressão à China aumentou, pouco a pouco, a guerra econômica dos EUA contra o Japão.

Foi com a conquista pela Alemanha de boa parte da Europa ocidental que o Japão vislumbrou o caminho da expansão, através dos impérios inglês, francês e holandês, em desagregação, onde existia o petróleo, a borracha e a bauxita de que necessitava. Com objetivos militares mais bem definidos, o Japão ocupou a Indochina. Em decorrência, o Presidente Roosevelt congelou os bens japoneses nos EUA.

Do exame das alternativas para levar a guerra mais para o sul, surgiu o primeiro plano estratégico para operações ofensivas. Contemplava ataques simultâneos contra Filipinas e Malaia, seguidos de avanços para as Índias. O plano geral de guerra tinha como objetivo imediato as ricas possessões inglesas e holandesas no sudeste da Ásia. A maior ameaça era a esquadra norte-americana de Pearl Harbour, que os japoneses esperavam eliminar com o ataque concebido por Yamamoto. A destruição das forças dos EUA nas Filipinas e a conquista de Wake e Guam permitiriam a ocupação de posições estratégicas na Ásia e no Pacífico, formando um poderoso perímetro defensivo. A conquista da região daria ao Japão o controle sobre os recursos e atenderia os objetivos nacionais que o estavam levando à guerra. Dessa posição, os japoneses esperavam negociar uma

acomodação que lhes fosse favorável.

No campo psicossocial, a situação não foi tranqüila. Havia desavenças entre o Exército, mais ávido defensor da aventura, e a Marinha, menos entusiasmada e mais ciente do poderio dos EUA. Por seu turno, o Imperador e os diplomatas tentaram refrear o ímpeto do Exército. Por outro lado, o Gabinete passou por crises. O Príncipe Konoye era defensor de uma política menos agressiva, e para ele, o sucesso das negociações com os EUA exigia fazer concessões na China. A oposição do General Tojo, Ministro da Guerra, praticamente obrigou Konoye a renunciar. A solução para o problema colocou Tojo como Primeiro Ministro. Assim, o Japão se aproximou da Alemanha de Hitler. Na verdade, o destino do país ficou nas mãos dos generais e, mais tarde, os ministros e chefes de Estado-Maior decidiram, por unanimidade, se colocar a favor da guerra contra os EUA, Inglaterra e Holanda.

Identificados os objetivos de uma política expansionista, a estratégia concebida permitiu, momentaneamente, a consecução plena daqueles objetivos. A tecnologia consubstanciada pelos submarinos, navios aeródromos e aeronaves e a capacidade de adestrar e ensaiar uma operação de tal envergadura fizeram do evento uma grande surpresa estratégica. A realização de ataques aéreos a grandes distâncias representou uma estrondosa vitória tecnológica e um marco na História. Significou um au-

dacioso ataque aeronaval a Pearl Harbour e um ataque aéreo às Filipinas, a partir de Formosa. Significou também o princípio do fim do Japão ante o potencial industrial norte-americano.

As razões e o significado político e estratégico da contra-ofensiva alemã nas Ardenas em 1944 — Foi de Hitler a decisão de lançar a ofensiva nas Ardenas, desprezando a opinião de seus assessores militares. Os objetivos fixados eram tão ambiciosos que uma operação que podia ser estritamente tática tornou-se uma funesta decisão estratégica. O fato de engajar as últimas reservas de homens e material deu à operação um caráter decisivo e um significado político marcante, em face de suas repercussões sobre o desenlace final da guerra. A empreitada, no entanto, causou uma surpresa total, detendo, momentaneamente, a ofensiva dos aliados e fazendo um elevado número de baixas.

As razões e as origens da idéia de uma contra-ofensiva se relacionam com as preocupações de Hitler com a conspiração e atentado contra sua vida e com os planos para conter a ruptura aliada em Avranches. Os insucessos nas tentativas para deter o avanço dos aliados despertaram a determinação de infligir-lhes uma derrota fraquosa, que pudesse fazer o resultado final da guerra pender a favor dos alemães. Desta forma, mesmo se defendendo, Hitler não se ateu a uma estratégia defensiva. Ele necessitava obter um sucesso decisivo e uma vitória na

frente oeste acarretaria um grande impacto. Talvez a opinião pública dos EUA exigisse a saída norte-americana da Europa.

Assim, a missão da operação decretada por Hitler previa destruir as forças inimigas ao norte da linha Antuérpia-Bruxelas-Luxemburgo. O objetivo era conquistar a Antuérpia. Enquanto os aliados viviam um clima de vitória, os alemães, para realizarem a operação, empreenderam grande concentração de tropas, combustíveis, munição e aeronaves de apoio. Além disso, reequiparam as forças com novos carros de combate, selecionaram uma região montanhosa e com florestas para a operação e, para se protegerem da força aérea aliada, lançaram o ataque com a proteção de nevoeiro e chuvas. A operação realizada com surpresa não colheu os resultados esperados.

Estrategicamente, o insucesso da contra-ofensiva nas Ardenas deixou grandes seqüelas: desequilibrava as forças alemãs no teatro oeste e enfraqueceu o teatro leste, por não ter este recebido reforços e suprimentos durante vários meses. Conseqüentemente, os soviéticos conquistaram um bolsão e chegaram às proximidades de Berlim, além do que deixaram grande parte das tropas alemãs isoladas, quer no norte, quer no sul, sem possibilidade de influir no resultado das batalhas. Politicamente, a decisão da ofensiva apressou a derrota final da Alemanha e facilitou o domínio soviético na Europa oriental.

CONCLUSÃO

Rememorando os acontecimentos enfocados, verifica-se que as campanhas foram cuidadosamente preparadas. Direta ou indiretamente, o Japão e a Alemanha consideraram as possibilidades no pós-guerra. O perímetro defensivo japonês, as posições conquistadas na Noruega e Dinamarca e a tentativa desesperada de Hitler de recuperar posições no final da guerra bem permitem inferir esta intenção. As posições conquistadas, tanto na Ásia e no Pacífico, quanto na Europa, proporcionaram a manutenção do fluxo de matérias-primas indispensáveis ao desenvolvimento industrial e militar dos dois países, atendendo, também, os interesses econômicos. Além disso, os japoneses procuraram isolar os EUA e os alemães, se não puderam usufruir completamente das posições conquistadas, negaram a sua posse à Inglaterra. As operações na Europa utilizaram-se dos meios que a tecnologia alemã permitia: navios para desembarque nos diferentes portos e aeronaves para o apoio aéreo. Neste aspecto, tornou-se necessária a conquista da Dinamarca, para permitir o apoio aéreo às operações no norte da Noruega e o domínio do Báltico. Na Ásia, verificou-se um verdadeiro avanço tecnológico com o emprego combinado dos meios navais e aéreos, permitindo ataque de longa distância e demonstrando as possibilidades da aviação embarcada, quando bem empregada e adestrada. Para todas as operações, a surpresa foi fundamental.

No campo psicossocial, pode-se constatar importantes ocorrências. Hitler e seus oficiais gerais nem sempre se entenderam e nas duas operações aqui discutidas Hitler, por vezes, não seguiu seus conselhos. Por outro lado, utilizou-se favoravelmente de simpatizantes, nos locais onde ia empreender suas campanhas. Também no lado japonês, ocorreram desavenças nos altos escalões e ficou patenteada a diferença de pensamento entre um príncipe e um general japonês. Nos dois países, o desenvolvimento militar e industrial, particularmente da indústria bélica, propiciou condições favoráveis no psicossocial da população.

Hitler chamou a si a política do Estado e a estratégia militar. Isto lhe dava a oportunidade de poder preparar e desenvolver os meios para a tarefa que tinha em vista. O Japão, igualmente, fez do programa do Exército a política do Estado e, na hora de decidir sobre o fazer a guerra, o Ministro da Guerra ascendeu a Primeiro Ministro. Assim, ficou mais fácil o como fazê-la. Ambos os países procuraram alcançar posições que lhes permitissem, no futuro, negociar com vantagem. Esta postura, levada ao exagero irresponsável, foi funesta para os dois mas vem fazendo "escala" até os dias de hoje. Talvez o regime militarista e o acúmulo das funções de Chefe de Estado, ligado à política, e de formulador da estratégia militar, levem a isto. A estratégia alemã fez seus soldados ficarem isolados na Escandinávia e ao norte e ao sul do teatro leste europeu, facilitando a vitória alia-

da. Enquanto os alemães alegaram a prestação de auxílio para ocupar países neutros, os japoneses se escudaram nas pressões econômicas dos EUA para desenvolver sua política expansionista.

De fato, o sucesso de uma operação depende muito da ousadia e da surpresa, combinadas com a falta de preparo e indecisão do inimigo. Destas circunstâncias se aproveitaram o Japão, no ataque na Ásia e no Pacífico, e a Alemanha, na invasão da Noruega e da Dinamarca e na contra-ofensiva nas Ardenas.

Embora os elementos acima mencionados possam vencer campanhas, não foram suficientes para vencer uma guerra.

BIBLIOGRAFIA

- AGAWA, Hiroyuki. *Yamamoto*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira. 1967.
- BELOT, R. de. *A guerra aeronaval no Pacífico (1941-1945)*. Rio de Janeiro, Distribuidora Record.
- ———. *A guerra aeronaval no Atlântico (1939-1945)*. Rio de Janeiro, Distribuidora Record.
- BRASIL. Escola de Guerra Naval. EGN-215A. *Guia para a elaboração de teses e monografias*. Rio de Janeiro, 1981.
- ———. FI-219. *Guia para elaboração de referências bibliográficas*. Rio de Janeiro, 1981.
- BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Fundamentos da Doutrina*. Rio de Janeiro, 1981.
- CAMINHA, João Carlos Gonçalves. *Delineamentos de Estratégia*. Ioesc, 1980.
- ESTADOS UNIDOS, Exército. *As grandes decisões estratégicas (II Guerra Mundial)*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército-Editora, 1977.
- HART, B. H. Liddell. *As grandes guerras da história*. 2ª ed. São Paulo, Ibrasa, 1967.
- ———. *The german general talks*. New York, William Morrow & Co., 1948.
- SNYDER, Louis L. *La guerra 1939-1945*. Barcelona, Ediciones Martines Roca, 1960.
- THOMPSON, David. *Pequena história do mundo contemporâneo*. 3ª ed. São Paulo, Zahar, 1973.
- WESTPHAL, Siegfried. *Batallas cruciales de la Segunda Guerra Mundial*. Barcelona. Luis de Caralt, 1957.
- WINTERBOTHAM, F. S. *Enigma o segredo de Hitler*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército-Editora, 1978.
- WOHLSTETTER, Roberta. *Cuba and Pearl Harbour; hindsight and foresight*. Santa Monica, The Rand Corporation, 1965.



O CMG AIRTON RONALDO LONGO foi encarregado das Divisões de Informações de Combate e de Eletrônica do Navio-Aeródromo "MINAS GERAIS". Foi instrutor e encarregado do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais de Eletrônica da Marinha. Comandou o Navio-Patrolha "PIRAQUE" e o Rebecador "TRITÃO". Serviu nas Diretorias de Eletrônica e de Pessoal Militar da Marinha. Trabalhou nas subchefias de Planejamento Administrativo, de Estratégia e de Organização do Estado-Maior da Armada e no Estado-Maior do Comandante da Esquadra do Atlântico da Marinha dos EUA. Foi membro da Delegação Brasileira à III Conferência da ONU sobre Direito do Mar. Possui os Cursos de Eletrônica, de Comando e Estado-Maior, de Política e Estratégia Marítima e de Administração de Empresas.